

TEXTUALIDADE NA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA

Fernandes, Urçula Regina Vieira¹

RESUMO

Este trabalho é fruto da observação sobre as dificuldades do aluno no trato com a linguagem escrita. Estas dificuldades, que se manifestam pela falta de coesão e coerência de seus textos, na realidade, é resultado da sua prática linguística inscrita na oralidade, ou seja, o aluno escreve como fala. Acreditamos que mostrar as duas formas de linguagem para o aluno é o meio mais eficaz de diminuir suas dificuldades no trato com qualquer de suas formas linguísticas. Agindo assim, o professor amplia os horizontes do conhecimento linguístico do aluno.

Palavras-Chave: Escrita, Oralidade, Texto, Escola

ABSTRACT

This work is the result of observation on the student's difficulties in dealing with written language. These difficulties, which are manifested by a lack of cohesion and coherence of their texts, in fact, is the result of its practice enrolled in oral language, ie, the student writes as he speaks. We believe that show the two forms of language to the student is the most effective means of reducing their difficulties in dealing with any form language. In so doing, the teacher expands the horizons of knowledge of the language learner.

Keywords: written, oral, text, school.

A autora é professora de Língua Portuguesa e Redação Publicitária do curso de Tecnologia em Produção Publicitária do IFAM e Mestre em Letras pela Universidade Federal do Amazonas.
Prof^a MSc. do IFAM Campus Manaus Centro
E-mail: urcularegina@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da nossa observação em relação à produção escrita dos alunos, durante 25 anos de magistério, ministrando tanto para o nível médio, técnico, superior e até para pós-graduação. Observamos principalmente que conseguir um texto coeso e coerente é um grande desafio para o aluno, cuja experiência e prática em relação à escrita resumem-se tão somente à sala de aula.

Para analisarmos melhor este problema, recorreremos aos conceitos de Oralidade e Escrita; Oralização e Grafismo, à luz da Análise do Discurso, porque esta área do conhecimento permite uma análise da linguagem humana, numa perspectiva de produção social. Isto nos fez entender que as dificuldades do aluno, como sujeito circunscrito socialmente diante da sua produção escrita, são resultados de uma circunscrição discursiva na oralidade; ou seja, o que consideramos falta de coesão e coerência é, na realidade, um sujeito que escreve estruturas linguísticas típicas da oralidade e que desconhece o formato das estruturas escritas. Escrevendo como fala, o aluno não consegue produzir escrita, mas sim grafismos que, neste trabalho, são considerados como manifestação gráfica do discurso da oralidade.

O problema se acentua na medida em que o professor privilegia apenas uma modalidade da língua – no caso, a escrita. Deste modo, acreditamos que a escola não conseguirá interpelar o aluno como sujeito da escrita.

Por outro lado, fazendo cumprir seu papel histórico e ideológico de transmitir o conhecimento, no caso o conhecimento da escrita, o professor poderá, sim, inscrever o aluno no discurso da escrita, mas se sua postura favorecer um conhecimento amplo da língua, principalmente no confronto entre o oral e o escrito, pois, desta forma o aluno observará as diferenças entre estas manifestações linguísticas, possibilitando um trabalho de domesticação da oralidade, com a finalidade de atingir o efeito de coesão, coerência e unidade, próprios da escrita. Agindo assim, o professor cumpre com o seu papel histórico de ensinar o aluno.

Outro aspecto que abordaremos neste artigo é o conceito de texto. Aqui entendemos que a textualidade está presente na vida do aluno de diversas formas, contempladas tanto pela linguagem escrita quanto pela falada, e a escola é o lugar próprio para levar o aluno a circular nas práticas linguísticas, desde que o professor assuma uma postura dialética, que extrapola os limites do mero cumpridor de conteúdos e de carga horária. Assim, a escola também extrapola seus limites de mera transmissora de conhecimento e passa a cumprir também o papel de fornecedora de cidadania, já que as aulas de linguagem permitirão ao aluno ler, escrever e falar em qualquer circunstância social.

DISCURSO DA ESCRITA NO ESPAÇO ESCOLAR

A forma como aprendemos a escrita na escola faz com acreditemos que os sinais gráficos em forma de letras se constroem na relação direta com a verbalização dos sons, quase que independentemente dos sentidos. Isto aponta para a concepção de língua especificamente como código e não como codificador de textos. Esta é uma concepção equivocada se considerarmos a escrita como produto social, tal como propõe Gallo (1992):

Assim como os ideogramas, a escrita gráfica não representa a língua oral. Pelo fato dessa escrita relacionar sons, ela produz a ilusão de estar representando a língua oral, no entanto, esses signos têm o mesmo valor dos ideogramas. Sua única e salutar vantagem sobre os ideogramas é a facilidade que se tem para decifrá-los, uma vez que ao serem sonorizados remetem à língua oral. (p.29)

O valor da escrita não está na sua função (ilusória) de representar a oralidade, mas no seu poder de inscrever e enquadrar significados. A escrita apresenta uma autonomia, mas que estabelece uma relação de independência com a leitura, já que este é o principal propósito do texto: estar disponível para as possíveis interpretações dos leitores. A trílogia que se estabelece a partir da escrita (autor- texto-leitor) é resultado de uma determinação social e ideológica.

O autor é o sujeito da escrita que trabalha o texto para produzir o efeito de unidade e, assim, torna-se responsável por este sentido. Este trabalho de autoria possui seu lugar próprio de produção em razão da sua determinação social e de seu papel histórico: o texto é produzido com finalidades específicas (TV, jornal, rádio, revista, livros, etc), porque é atendido pela sua contraparte, o leitor. Este, por sua vez, satura os lugares previstos no texto, através da sua leitura e interpretação, surtindo, assim, o efeito de fechamento.

Além desta produção social da escrita, podemos relacionar uma série de razões que estabelecem sua diferença em relação à oralidade, haja vista que a nossa sociedade convive com as duas modalidades da língua. Especificamente neste artigo, estas diferenças serão abordadas numa perspectiva linguística-discursiva e pedagógica, já que a nossa postura como professora de língua é fundamental para entender e agir diante das dificuldades que o aluno apresenta no trato com a linguagem escrita. Assim, a escola dá prioridade à escrita em detrimento da oralidade, porque o sistema assim a define, inclusive para atender os critérios avaliativos, impostos pelo próprio sistema.

A nossa percepção é de que numa redação que apresenta falta de coesão e de coerência, há aí fortes indícios da presença da oralidade. Isso não se configura como erro, mas como uma forma diferente de produzir sentido, pois o sujeito da oralidade está em constante relação com as condições de produção da linguagem, cuja necessidade de significar faz-se mediante interlocutores presentes, contexto presente, linguagem e mensagens presentes; o que não acontece na escrita.

ORALIDADE E ORALIZAÇÃO

Quando falamos em discurso da oralidade, estamos nos referindo a um recurso do sujeito em sociedade que mostra sua capacidade e sua necessidade de simbolizar na relação direta com a construção dos sentidos. Bakhtin (1992) traduz esta necessidade da seguinte forma:

Além disso, existe uma parte muito importante da comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera ideológica particular: trata-se da comunicação na vida cotidiana. Esse tipo de comunicação é extraordinariamente rica e importante. Por um lado, ela está diretamente vinculada aos processos de produção e, por outro lado, diz respeito às esferas das diversas ideologias especializadas e formalizadas. (...). Por ora, notemos apenas que o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana é a palavra. É justamente nesse domínio que a conversação e suas formas discursivas se situam. (p.37)

O formato linguístico de que se reveste o discurso da oralidade é a conversação, e a palavra falada é o seu signo por excelência. É através desta modalidade da língua que os sujeitos imergem no universo simbólico dos costumes, da cultura, das ideologias; enfim, da sociedade. E é através desta modalidade que a construção contínua e constante deste universo se estabelece. No entanto, a escola não considera esta modalidade como critério de

aprendizagem, privilegiando a escrita como aprendizagem prioritária da língua.

Em contraposição à oralidade discursiva, temos a oralização, que se caracteriza apenas como um artefato da língua, ou seja, um mecanismo que torna repetível um enunciado já elaborado: é o caso da leitura oral de textos, como ocorre nos jornais de TV, recitação de poemas, etc.

Mas, é pela oralidade que nos constituímos como sujeitos sociais, portanto, é deste modo que os alunos tendem a se mostrar graficamente. Por esta razão os textos produzidos na escola não conseguem o efeito de fechamento, já que há um sujeito da oralidade que impede este efeito. O que consideramos textos vagos, sem sentido e incompletos nada mais são do que efeitos de sentido produzidos na oralidade, impedindo o efeito de coesão próprio da escrita. Esta construção social pela oralidade é bem evidente em Ernani Terra (1997), para quem:

(...) não devemos confundir língua com escrita, já que são dois sistemas distintos. A escrita representa um estágio posterior da língua, tanto que muitas pessoas utilizam a língua sem saber utilizar a forma escrita. Basta lembrar os analfabetos. Há, ainda, muitas línguas ágrafas, isto é, línguas que não são representadas por nenhuma forma de escrita. Existem no mundo todo aproximadamente 3 mil línguas, das quais apenas 110 possuem escrita. (p.13).

Estes dados reforçam a nossa concepção de oralidade como um discurso social, pois a riqueza a que nos referimos é o poder que a língua falada concentra na construção de uma sociedade que muitas vezes nem sistema de escrita possui.

Portanto, a ilusão de que a oralidade, quando transcrita graficamente, é escrita, é um grande equívoco. O fato é que a transcrição da oralidade se manifesta em forma de grafismo que, segundo Gallo (1994)

...não só escrita e grafismo não se confundem, sendo o grafismo apenas uma das muitas manifestações da escrita, como também que o trajeto da escrita em direção ao grafismo, apesar de ser um caso importante (...), não é uma condição intrínseca à escrita. (p.27)

Grafismo, nesta perspectiva, apresenta o sentido de desenho da letra; mas podemos estender esta noção para as produções do discurso da oralidade que são grafadas. Estas produções podem ocorrer em forma de e-mails, redes sociais, bilhetes informais, grafitos, etc. Neste tipo de texto a comunicação é unilateral; os sentidos não precisam apresentar o efeito de fechamento, como prevê a escrita. Neste caso, os sentidos não são instituídos e legitimados, mas sim, instantâneos, circunstanciais e evasivos. Ou seja, esta produção gráfica atende somente a circunstâncias imediatas e individuais, e não exige a formalidade da norma padrão.

ENSINO E MODALIDADES DA LÍNGUA

A produção econômica da escrita está numa relação de mercado que cabe à indústria editorial, às produtoras de televisão, nos jornais diários, nas revistas, nas agências de publicidade, etc. Sob este ponto de vista, podemos dizer que a escola jamais assumirá o papel de produtora de escrita. Mas, se levarmos em conta o papel ideológico da escola, observaremos que ela poderá cumprir com o seu objetivo.

A escola é um espaço discursivo onde as experiências proporcionam o conhecimento. Assim, tudo pode ser feito para que o aluno seja interpelado pelo discurso da escrita, como sugere Fávero (1999)

O aprendizado das operações de transformação do texto falado para o escrito coloca-se como imprescindível para o melhor domínio da produção escrita que se tem evidenciado muito problemática entre nossos jovens estudantes.

A aplicação de atividades de observação que envolvem a organização de textos falados e escritos permite que os alunos cheguem à percepção de como efetivamente se realizam, se constroem e se formulam esses textos.(p.83)

Se a organização do sistema de ensino impõe um modelo para o ensino da escrita, se a maioria dos professores segue tal modelo, concordamos que nada será feito para que o aluno aprenda a escrita. Mas não podemos esquecer que a escola é um espaço dialético, onde os sujeitos também se posicionam de maneira contraditória. É um espaço onde se instauram as mudanças. Portanto, se o papel histórico da escola é ensinar a ler e escrever, mas se seu discurso não cumpre esse papel, então cabe a nós, professores, adotarmos uma posição para que paradoxalmente esse papel seja cumprido.

Ora, se o aluno não consegue escrever é porque ele se manifestará da forma mais fácil com que ele se relaciona com a língua, a oralidade. Então, ele precisa conhecer as diferenças entre o sujeito da oralidade e o sujeito da escrita, para ser um produtor de linguagem. Essa produção passa necessariamente pelo conhecimento das diferenças entre as modalidades acima expostas, que segundo Fávero (1999, p. 74) são:

Fala	Escrita
-Interação face a face	- Interação a distância (espaço-temporal)
- Planejamento simultâneo ou quase simultâneo à produção	- Planejamento anterior à produção.
- Criação coletiva: administrada passo a passo	- Criação individual
- Impossibilidade de apagamento	- Possibilidade de revisão
- Sem condições de consultas a outros textos	- Livre consulta
- A reformulação pode ser promovida tanto pelo falante quanto pelo interlocutor	- A reformulação é promovida apenas pelo escritor
- Acesso imediato às reações do interlocutor	- Sem possibilidade de acesso imediato
- O falante pode processar o texto, redirecionando-o a partir das reações do interlocutor	- O escritor pode processar o texto a partir das possíveis reações do leitor
- O texto mostra todo o seu processo de criação	- O texto tende a esconder o seu processo de criação, mostrando apenas o resultado

Estas diferenças referem-se às condições de produção de cada tipo de texto, mas já mostram que a discursividade de cada modalidade da língua ampliam as ações do professor que pode estender o conhecimento de textualidade também para as manifestações orais da língua. Neste caso, a discursividade de textos orais não se confunde com grafismo, mas com a necessidade social da manifestação da linguagem falada, definida em espaços próprios como: os sermões, a apresentação de seminários e palestras, o debate jurídico, a apresentação de projetos, a própria aula do professor, uma peça de teatro, propagandas de TV, novelas, etc., só para ilustrar a textualidade na linguagem falada.

Isto mostra que se aluno apresenta dificuldades na escrita, ele pode apresentar também na oralidade. Do mesmo modo, se estamos atribuindo a textualidade em forma de escrita, esta podemos ampliar este conceito linguagem falada.

É importante que o professor, no confronto destas modalidades, não exclua nem uma nem outra, já que o conhecimento de ambas pode se enriquecedor para o crescimento do aluno.

TEXTUALIDADE E LINGUAGEM.

De tudo que foi abordado até então sobre as formas da linguagem, um conceito que consideramos fundamental para nossa reflexão é o de textualidade. Este conceito deve ser entendido como resultado entre interação verbal e social. Nesta perspectiva recorreremos à Orlandi (1996), para quem o

O texto, como objeto acabado, constitui uma totalidade com começo, meio e fim. A natureza de sua incompletude é outra. Ela deriva de sua relação com as condições de produção, ou seja, da relação com a situação e com os interlocutores.

O texto é incompleto porque o discurso instala o espaço da intersubjetividade, em que ele, texto, é tomado não enquanto fechado em si mesmo (produto finito) mas enquanto constituído pela relação de interação que, por sua vez, ele mesmo instala. (p195)

Este conceito de texto se estende do objeto para a interação verbal. Neste sentido, a textualidade presente nas produções do aluno, dentro do espaço discursivo escolar compreende as redações, um relatório, uma monografia, também sua exposição através de seminários e debates. Estas atividades instauradas no espaço pedagógico, só se configuram em textualidade, quando é marcada pela tomada de posição do professor que, ao preparar o aluno para situações reais da vida, transforma uma prática social determinada pelo sistema de ensino como mera cumpridora de conteúdos, numa prática marcada pela transformação, ou seja, tanto aluno quanto professor atribuem discursividade ao produto da linguagem, tornando-a texto efetivamente nas práticas pedagógicas. O que pode se estender, depois, para as diversas práticas sociais.

Estas práticas pedagógicas têm o dever de contemplar o texto tanto como objeto estruturado com começo, meio e fim; quanto meio de comunicação e interação verbal que se propõe a construir sentidos. Esta concepção é defendida por Barros (2003), segundo a qual

(...), o texto só existe quando concebido na dualidade que o define – objeto de significação e o objeto de comunicação – e, dessa forma, o estudo do texto com vistas à

construção de seu ou dos seus sentidos só pode ser entrevisto como o exame tanto dos mecanismos internos quanto dos fatores contextuais ou sócio-históricos de fabricação do sentido. (p.8)

Esta concepção de texto foi contemplada por nós neste trabalho, porque entendemos que o espaço pedagógico pode diversificar as práticas linguísticas na produção dos sentidos, realizando um trabalho intertextual que vai da oralidade para a escrita e vice-versa, através das paráfrases. Desta forma, o aluno que sabe circular nas redes sociais, ou numa entrevista de emprego, ou produzir um relatório técnico, elaborar uma lista de supermercado, etc, estará preparado para viver numa sociedade que exige um conhecimento amplo e diversificado da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissociar a nossa prática acadêmica de uma reflexão meramente técnica ou teórica em relação à linguagem é reduzir ou desconsiderar tudo que fizemos durante 25 anos de trabalho educacional.

Acreditar numa prática transformadora nos leva a compartilhar, através deste artigo, toda a experiência que uma sala de aula me proporcionou, inclusive em relação a uma postura epistemológica, o que nos fez escolher a Análise do Discurso como base teórica para refletir os conceitos aqui expostos, como Texto, Oralidade e Escrita.

Levando em conta que a escola é uma instituição sistematicamente organizada para transmitir conhecimento – neste caso específico, o conhecimento da língua – então o que significa ensinar a linguagem? Será que o aluno não conhece a linguagem?

Acreditando justamente no oposto destas questões e observando que a linguagem se estabelece em modalidades distintas que as práticas sociais lhes impõem, destacamos que o aluno já entra na escola com o domínio pleno da modalidade oral. Seu grande entrave é a modalidade escrita, cujo efeito de coesão e coerência esbarra nesta oralidade.

Portanto, a nossa proposta é que o professor deve trabalhar as duas modalidades da língua, domesticando os grafismos presentes na escrita dos alunos, com o objetivo de dominar a coesão e a coerência próprias da escrita. Além do mais, o professor também pode trabalhar com o conceito de textualidade discursiva, despertando o interesse do aluno pelas práticas sociais também da linguagem oral. Trabalhando no confronto das duas modalidades da língua, será fácil para o aluno entender as características de cada uma, o que certamente diminuirá seus entraves. Este trabalho poderá ser realizado por meio das mais diversas atividades, já que a sala de aula é um espaço onde a intertextualidade circula mais livremente.

Agindo desta forma, o professor proporciona um conhecimento amplo de linguagem e de textualidade. Em contrapartida, a escola ultrapassa o seu papel histórico de transmissora de conhecimento, inserindo o aluno no espaço da cidadania, por meio da linguagem.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. L. P. **Teoria Semiótica do Texto**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2003

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6ªed. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

FÁVERO, L. L. **Oralidade e Escrita**: perspectiva para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

GALLO, S. L. **Discurso da Escrita e Ensino**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento**: as formas do discurso. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.

TERRA, E. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione, 1997.